



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**ANÁLISE DA EXPRESSÃO E REPRESENTAÇÃO DOS
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E
NOSTALGIA NA OBRA *ORDEM E PROGRESSO* DE
GILBERTO FREYRE**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aluno: Gustavo Mendes Lima Santos
Matrícula: 10/0030521

Brasília
Junho, 2016.

Análise da expressão e representação dos conceitos de organização social, política e nostalgia na obra *Ordem e Progresso* de Gilberto Freyre.

Gustavo Mendes Lima Santos

Palavras-Chave: Gilberto Freyre, história das ideias, organização social, nostalgia, política, Ordem e Progresso

Resumo:

Resgatar a identidade nacional e, com isso, organizar a política se tornaram tarefas a serem desempenhadas pela elite intelectual do Brasil após o fim da Primeira República. Gilberto Freyre é um dos autores inseridos nesse debate. O objetivo do artigo é analisar a obra *Ordem e Progresso* sob a ótica da história das ideias, analisando a expressão e representação dos conceitos de organização social, política e nostalgia. A leitura da obra e a identificação de passagens que tratam dos conceitos propostos foram o método adotado. Segundo a proposta do autor, as continuidades existentes na ordenação social brasileira, tais como as tradições miscigenadas do povo, é que garantem a união dos conceitos de ordem e progresso. Mesmo sendo explicitados no modelo positivista de república, ordem e progresso são valores intrínsecos à sociedade brasileira, manifestados desde os tempos imperiais. Qualquer projeto de governo deve considerar as particularidades identificadas para um política apropriada ao país.

Abstract:

Redeem national identity and thereby organize politics have become tasks to be performed by the intellectual elite of Brazil, after the end of the First Republic. Gilberto Freyre is one of the authors included in this debate. The objective of the article is to analyze the book “*Ordem e Progresso*” from the perspective of the history of ideas, analyzing the expression and representation of the concepts of social organization, politics and *nostalgia*. The method was based in reading the text and identifying passages that represent the concepts studied. According to the proposal of the author, existing continuities in Brazilian social order, such as blended traditions of the people, is what ensure the unification of the concepts of order and progress. Even expressed only in the positivist modelo f republic, order and progress are values that are intrinsic to Brazilian society, manifested since imperial times. Any government project should consider the particularities identified for an appropriate country's politics.

I. Introdução

Com o final da Primeira República, uma nova perspectiva surgiu para o projeto político brasileiro. A questão da identidade nacional e a crescente necessidade de organizar o Estado e as instituições públicas despertaram os intelectuais para uma tarefa que só poderia ser desempenhada por mentalidades supostamente superiores. Mentalidades essas que podiam, a partir de ideias, fatos, cálculos e estudos científicos, concluir as melhores propostas para o caminho do progresso e do desenvolvimento, mesmo que para isso tivessem que impor uma ordem social antidemocrática.

O Estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional. Se os intelectuais aderiram a uma “ideologia de Estado”, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo “intelectual”¹.

Duas tarefas se mostraram urgentes para esses intelectuais que se consideravam os responsáveis pelo destino do país: formar uma consciência nacional que repudiasse as ideologias estrangeiras tidas como inadaptáveis ao caso brasileiro; e promover a organização nacional, necessária ao que consideravam como progresso econômico, político e cultural.

Para o desempenho dessas tarefas, era fundamental buscar a origem da identidade nacional. A interpretação das raízes, das particularidades, da ancestralidade e da cultura do povo brasileiro era a ferramenta indispensável à formulação de estratégias para a consolidação da nação. Esses esforços, vinculados à disposição do Estado em compartilhar o poder de suas instituições políticas, permitiriam alcançar, de forma racional e impositiva, os destinos modernizantes almejados para o país².

Gilberto Freyre é um dos intelectuais do período que participaram desse processo. O livro *Ordem e Progresso*, publicado em 1957 – continuação da série de estudos em torno da

¹ Pecaute (1990) esclarece que a proeminência dos intelectuais na participação da organização estatal provinha do fato de que esses se intitulavam porta vozes das opiniões hegemônicas e se colocavam ao lado de agentes públicos já constituídos, ocupando uma posição de elite.

² Pecaute esclarece que os intelectuais, mais do que qualquer outra elite brasileira, tinham uma vocação pra dirigir a nação porque consideravam que captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política.

sociedade patriarcal no Brasil, iniciados em 1933 com a publicação de *Casa Grande & Senzala* – é uma de suas obras em que se propõe, por meio da análise sociológica, antropológica e cultural do fim do século XIX e começo do século XX, a “compreender o presente e o futuro, com os três tempos às vezes considerados, quanto possível, nas suas interpenetrações”³.

Na tentativa de introdução a uma história da sociedade patriarcal brasileira, o autor busca, por meio da análise de questionários de indivíduos que viveram o período recortado, demonstrar que a pluralidade no Brasil está refletida também nas ordens sociais que coexistiram e que ainda coexistiam, gerando progressos tão diversos quanto as características da identidade nacional. E por isso, a análise necessitava de uma metodologia própria, que considerasse a especificidade e complexidade do país. Somente com os dados observados e a metodologia desenvolvida é que foi possível refletir sobre aspectos políticos, econômicos e culturais do presente e apresentar propostas para o futuro. Mas não só isso. Essa reflexão despertou em Freyre um sentimento de nostalgia em relação a uma época idealizada, que teria conciliado as solicitações de progresso com os interesses de ordem nacional⁴.

Esse artigo se propõe a realizar um estudo de história das ideias, tendo como foco a análise e a expressão da representação dos conceitos de organização social, política e nostalgia presentes no livro *Ordem e Progresso*. A escolha desses conceitos e dessa obra são justificadas pela participação do autor no debate sobre as possíveis interpretações do Brasil e suas relações com as formas de organização do Estado. Gilberto Freyre é uma das grandes referências da intelectualidade da época, que trabalhou no sentido de explicitar a diversidade étnica e a mestiçagem brasileira como eixo analítico para a organização e o progresso no país.

Com a proposta de estudar a história das ideias acima descritas na obra desse autor pretende-se auxiliar a ampliação do debate sobre os papéis desempenhados pelos intelectuais na formação da identidade nacional no final da Primeira República e sobre o quanto esses

³ Em sua Nota Metodológica, Freyre se contrapõe a Vicente Licínio Cardoso, que em um ensaio do Livro *À margem da história da República, de 1924*, sugere que a análise do *presente* auxilia na compreensão do passado e garante a segurança para projetar o futuro. É por meio da análise do que é mais constante no passado – suas formas e seus processos de resistência ao progresso – é que permite a correta compreensão do presente e do futuro.

⁴ Apesar de se referir especificamente ao período Imperial quando, na página 43, o autor conclui sobre a conciliação das solicitações de progresso com a ordem nacional, é esclarecida continuidade desses interesses, presentes tanto nas elites imperiais quanto nos jovens idealistas republicanos, o que leva à conclusão de que tais atitudes de conciliação permearam todo o período analisado. N.A.

mesmos poderiam estar vinculados a projetos antidemocráticos de controle estatal, característicos desse período da história do Brasil.

II. Reflexões sobre história das ideias.

Qualquer trabalho que se propõe a estudar história das ideias deve refletir sobre questões relativas à sua imaterialidade. Também deve ser referido o intenso debate metodológico existente nesse campo de atuação. Segundo Avelar, as práticas nessa área ainda evidenciam a ausência de modelos teóricos válidos e conceitos claros. O debate ainda carece de definição quando ao objeto a ser interpretado.

Diferentes correntes de pensamento sobre esse tipo de história podem ser destacadas. Skinner propôs uma linha teórica denominada de contextualismo linguístico. Esse modelo sugere a imprescindibilidade da contextualização de qualquer texto, no sentido de reconstruir as “intenções” do autor. Tendo como pressuposto a convicção de que ideias não são atemporais, faz-se indispensável resgatar a linguagem conceitual acessível, assim como as práticas, convicções e suposições que nortearam a produção do texto. Além disso, é fundamental identificar a ação pretendida pelo autor em seu ato de fala, considerando que “os atos de fala são ações humanas intencionais que ocorrem em situações sociais específicas”⁵. Em resumo, para Skinner, a análise da sentença cede lugar à análise do ato de fala, ou seja, do uso da linguagem em um certo contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com normas e convenções próprias.

Uma das linhas de oposição a essa proposta teórica é formulada por Gadamer em sua crítica hermenêutica. Para esse, há dúvidas quanto à própria empreitada científica de apreensão das intenções e dos significados originais dos atos de fala do passado. Cada época entende um texto transmitido de uma maneira peculiar, pois o texto constitui parte do conjunto de uma tradição na qual a época tenta se compreender. Assim, o sentido está sempre vinculado à situação histórica do intérprete e, por consequência, à totalidade do processo histórico.

Assim, segundo a crítica hermenêutica, somente através da avaliação de uma história dos efeitos recebidos (aquilo que a recepção contemporânea consegue captar, a partir de seu

⁵ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. Quentin Skinner In: As muitas faces da história: nove entrevistas, São Paulo: Editora da UNESP, 2000, p. 332.

horizonte de expectativas, das diversas mutações sofridas pelos conceitos ou ideia no tempo) é que seria possível a produção de uma história das ideias⁶.

Skinner rebate essa crítica afirmando que seu método se refere apenas à interpretação do significado da proposição (ideia/teoria/conceito) como ato de fala daquele que a proferiu. Trata-se de reconhecer, no conjunto das convenções linguísticas publicamente reconhecíveis de uma determinada época, a intenção que se infere no lance da jogada feito pelo jogador. Ou seja, vinculadas a uma particularidade. Também, em seu método não existe a pretensão de resultados últimos que alcancem verdades finais, auto-evidentes e indubitáveis.

Outra proposta apresentada foi formulada por Koselleck, na chamada história dos conceitos. Segundo Jasmin, a história dos conceitos lida com o uso de linguagem específica em situações específicas, nas quais os conceitos são elaborados e usados por falantes específicos. A história conceitual mantém a noção da não-convertibilidade do que foi articulado pela linguagem numa determinada época, reivindicando uma ferramenta historicista rigorosa para a compreensão dos usos conceituais particulares. A história conceitual demanda uma história da recepção, já que parte justamente da aposta de que os significados não se mantiveram no tempo e que foram alterados. O registro de como os usos dos conceitos foram mantidos, alterados ou transformados ao longo do tempo pode, propriamente, ser chamado de história dos conceitos.

A história conceitual não se limita a investigar as linguagens articuladas pelos atores do passado porque há elementos pré-linguísticos que condicionam a história e boa parte do histórico acontecido não recebe articulação na linguagem. Torna-se essencial, portanto, separar as circunstâncias que foram, num certo momento, articuladas na linguagem e outras que não o foram mas que, com a ajuda de hipóteses e métodos, o historiador é capaz de extrair dos vestígios.

No caso de trabalhos que se propõem a analisar a história das ideias brasileiras do século XX, alguns desafios a mais são destacados por Avelar. É importante estar atento à fragilidade do discurso que estabelece o determinismo contextualista da realidade social do país na produção dos textos, lhe dando forma e sentido. Apesar de ser um dos elementos práticos mais comuns das Ciências Humanas no país, pouca atenção é dada às questões relativas ao texto, sua linguagem e recepção.

Também, questões como a infrutífera necessidade de se estabelecer limitações geográficas aos textos analisados e as dificuldades em se fazer história contemporânea do país

⁶ JASMIN, Marcelo. História dos Conceitos e Teoria Política Social. Rev. bras. Ci. Soc. vol.20 no.57 São Paulo Feb. 2005

com a observação isenta das continuidades dos processos, são apontados pelos autores como elementos de reflexão para a limitada produção de textos nesse campo.

Nesse trabalho, são sugeridos dois eixos de reflexão: a percepção de que o autor é uma figura histórica e socialmente construída, sendo possível questionar até que ponto pode ser confundido com a autoridade interpretativa da obra; e o resgate de elementos contextuais do debate em que a obra se situa, como forma de evitar o anacronismo.

Para a elaboração desse artigo, a leitura da obra *Ordem e Progresso* e a identificação de passagens que expressam ou representam os conceitos de ordenação social, política e nostalgia foram os fundamentos da metodologia utilizada. Um recorte em relação aos temas foi primordial para a execução do objetivo proposto, tendo em vista a extensão e complexidade do livro.

III. A metodologia proposta por Gilberto Freyre

Ordem e Progresso faz parte de um conjunto de quatro livros que sintetizam o esforço do autor em compreender e caracterizar as origens, o desenvolvimento e o fim da sociedade patriarcal no Brasil. Em oposição à elaboração de um história convencional sobre um período do país, Freyre tentou interpretar o passado íntimo do homem brasileiro, através do seu existir e do seu viver.

“Mas o que principalmente define uma época é o conjunto de elementos diversos que constituem ou constituíram a ordem social nela dominante; o que, nesse conjunto, há ou houve de comum nos valores e nos símbolos consagrados valores e símbolos nacionais por esses vários elementos. Ou aceitos pela maioria, sob a imposição de minorias quando não criadoras, conservadoras, renovadoras ou intérpretes decisivas de tais símbolos e valores (FREYRE, 2004:49).

A inovação metodológica está no fato de que a interpretação do passado e suas conclusões são baseadas em material *virgem*, ou seja, constituído de autobiografias representativas e dirigidas, que permitem comparação entre si. O autor buscou resgatar nos brasileiros da época sob análise suas relações de comunidade, urbana ou rural, com o passado brasileiro, com o nacional, com a América, com a Europa, com o mundo contemporâneo.

Pretendeu-se, portanto, realizar uma interpretação sociológica, além de antropológica e psicológica de uma época. Para elucidar as expressões, o método propõe a busca mais

centrada nas atividades, nos símbolos, nos valores em vigor entre os que a viveram do que no conjunto de fatos levantados por historiadores. A ordem social brasileira de cerca de 1870 a cerca de 1920 foi reconstituída e analisada como exemplo da “ordem de distribuição de valores”: tanto valores-coisas como valores imateriais⁷.

Para o autor, o conhecimento da realidade procurado pelo cientista social é aquele que se baseia mais em sua interpretação que em sua descrição. A “análise empática” – e não dados e estatística – é a que permitiria a verdadeira percepção do passado. A metodologia proposta é, portanto, a do estudo empático dos valores e símbolos, por meio da pesquisa sociológica de formas e processos.

Tal método se contrapõe à insuficiência e à esterilidade da análise historiográfica tradicional, que se baseia na descrição dos fatos ou no exame das transformações sociais. Essa forma empática de análise consiste em uma busca pela realidade por meio da interpretação da visão de outrem, em que o autor se esforça para afastar seu próprio arcabouço ideológico para se aproximar do sentimento transmitido nos discursos analisados.

Também, um fundamento indicado na metodologia é a nostalgia. Essa é primordial para a reconstituição, interpretação e compreensão do passado por meio dos valores e símbolos, que são transmitidos de uma época a outra e influenciam em inúmeros aspectos a organização social. A própria formação da República, resultante da transformação, reforma e deformação de valores e símbolos oriundos do Império, se apropriou desses elementos por meio da nostalgia como método.

“O professor Johnson reconhece a necessidade de irmos até a saudade – ou nostalgia – do passado, na busca de compreendê-lo, reconstruí-lo, interpretá-lo através da penetração em seus valores e em seus símbolos. Esses valores e símbolos, viveram-nos, às vezes intensamente, homens que, tendo desaparecido como indivíduos, nem sempre desapareceram sob a forma de expressões de valores, alguns dos quais uma época tem transmitido a outra, através de séculos, ou decênios de transição. Daí, talvez, os positivistas dizerem que ‘os vivos são governados pelos mortos’” (FREYRE, 2004:51)

⁷ Johnson, E. S. *Theory and Practice of the Social Studies*, Nova Iorque, (1956) In: Freyre, G. *Ordem e Progresso*, São Paulo (2004) Ed. Global.

É importante observar em Freyre a nostalgia como parte do empenho para a interpretação do passado e como parâmetro para legitimação de propostas para o presente e futuro político do país.

“Precisamente o pecado anti-sociológico de que mais temos sido acusado no Brasil por críticos nem sempre idôneos: o de nos mostrarmos ‘nostálgico’ das épocas que evocamos” (FREYRE, 2004:51)

IV. Análise da transição entre período imperial e republicano

A compreensão da organização política e social brasileira do período de transição entre o Império e a República é o ponto de partida para as conjecturas sobre a importância da ordem no sistema político presente.

A própria forma de estruturação do livro sugere essa ideia. A ausência de rigidez na divisão entre os capítulos da obra que buscam demonstrar as constâncias existentes em quase meio século de passado social do Brasil e os capítulos que ressaltam os aspectos dinâmicos dessa sociedade leva à conclusão de que a ordem brasileira não é uma só. Diferentes ordens se juntam para formar um sistema nacional que é “uno e plural”⁸.

Esse sistema – formado pela fusão da ordem católica e da ordem imperial brasileira – é denominado de sistema patriarcal de família, de cultura, de economia, de governo e de religião e conservou na república suas principais formas de ser. Por meio de suas contradições e complementações, integrou os desiguais progressos, num progresso aparentemente único: “o luso-americano, o brasileiro, o nacional”⁹.

Um dos pilares da análise de Freyre é a relação entre a ordem nacional e o militarismo. A ordem do país observada nesse período – em que se seguiram à Guerra do Paraguai, à Lei do Ventre Livre, à publicação do Manifesto Republicano e a participação da República na Primeira Grande Guerra – se revelou bem mais equilibrada e resistente que em qualquer dos outros países latino-americanos,

⁸ Freyre, G. *Ordem e Progresso*, São Paulo (2004) Ed. Global. p. 40-41

⁹ Freyre, op.cit. p.40

“graças, talvez, à simbiose que aqui se estabilizou, em dias decisivos para a formação nacional, entre a forma monárquica ou autoritária de governo...e a organização patriarcal da família: simbiose que em vez de dificultar, favoreceu, sob vários aspectos, o desenvolvimento da população em sociedade sob vários aspectos democrática” (FREYRE, 2004:52-53).

Existiu um forte sentimento de apego aos ritos da legalidade da parte dos brasileiros então mais responsáveis pelos chamados destinos nacionais. Esse apego é percebido nos grandes líderes militares republicanos da época: Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca e Hermes da Fonseca.

O papel desses líderes é enaltecido

“na reorganização do Exército pela modernização de sua técnica e pelo avigoramento da sua disciplina... num esforço de retificação, talvez necessária, dos excessos paisanos do chamado “Imperador filósofo” com relação às Forças Armadas.” (FREYRE, 2004:64)

Esses excessos eram contra a ordem social brasileira, carente de um exército prestigioso e disciplinado que a resguardasse de aventureiros, sem que esse prestígio e essa disciplina tivessem precisado atingir o extremo militarista ou caudilhesco atingido por López, no Paraguai. O exército organizado, modernizado e disciplinado foi essencial para a manutenção de uma ordem social brasileira republicana.

A República, sujeita às demandas do progresso, surgiu condicionada a um novo sentido: o sentido de ordem que o lema positivista veio antes confirmar nos brasileiros, que inventar o Brasil. A ordem é um sentido já existente no povo brasileiro, apenas sancionado pelos positivistas.

Tanto no Império quando na República, o conflito entre personalidades oligárquicas é considerado útil, apesar de muitas vezes violentos, para a ordenação política. Conflitos entre caudilhos, como Pinheiro Machado e líderes de formações regionais e intelectuais diversas, de ideologias antagônicas, de interesses e aspirações econômicas contrárias; entre positivistas, como Teixeira Mendes e oportunistas como Francisco Glicério; entre militaristas como Deodoro da Fonseca e civilistas como Prudente de Moraes. Todos os conflitos lapidaram o sistema brasileiro e a ordem da República de 89.

Essa ordem foi o que permitiu grandes avanços sociais e políticos no período. O esforço do governo federal quanto à questão indígena, protagonizado por Candido Rondon, os estudos de Oliveira Viana e as críticas sociais de Monteiro Lobato, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Silvio Romero. O avanço dos direitos sociais, em tendência contrária ao liberalismo importado, já eram aceitos e promovidos pelos dirigentes do Brasil, ainda na Primeira República.

O positivismo é outro conceito analisado de forma preponderante e nostálgica pelo autor na formação da República. A Bandeira Nacional transformada pelos positivistas, contendo o lema “Ordem e Progresso” e os seus símbolos (esfera, estrelas), mantendo-se as formas e cores da bandeira imperial é um exemplo de permanências ideológicas inicialmente contraditórias. A presença do positivismo na república é observada na música do Hino Nacional e no trabalhismo brasileiro, refletindo ideias, sentimentos e sugestões de Getúlio Vargas, positivista por formação e

“um vivo fortemente governado por um morto: Júlio de Castilhos. Um cúmplice de agitadores progressistas que nunca deixaria de ser um aliado secreto dos brasileiros preocupados em resguardar de perturbações estéreis à ordem nacional.” (FREYRE, 2004:78)

Na transição entre os diferentes regimes de governo, o apego à ordem criado pelos brasileiros durante o Império é central, tanto que os próprios fundadores militares da República acharam prudente transferir o lema positivista de “Ordem e Progresso” para a nova bandeira nacional, confessando de início serem revolucionários conservadores que antepunham o desejo de ordem ao desejo de progresso.

V. Ordem e autoritarismo

Os progressistas proclamadores da república não se esqueceram da tradição da ordem e representavam a peculiaridade brasileira em relação aos outros povos de língua espanhola e de tendências bolivarianas. O Brasil, nesse particular, era inclinado a realizar seus progressos técnicos e suas transformações sociais dentro do máximo de ordem política.¹⁰

¹⁰ Freyre, op.cit. p.213

Aos positivistas era evidente que a substância monárquica no Brasil se afigurava arcaica, mas não a forma autoritária de governo *para que a causa do progresso condicionado pela ordem não fosse sacrificada ao perigo do progresso desordenado, nem a da ação refletida à do verbo irresponsável.*¹¹

“O fato é que a República de 89 desde os seus primeiros dias esforçou-se por sociologicamente continuar o regime monárquico de ordem, dando-lhe quanto possível – é certo – nova substância; mas conservando-lhe a forma – isto é, a forma social; a configuração até certo ponto paternalista; o processo social de ser governo autoritário dentro de uma sociedade democrática na estrutura: inclusive na mobilidade entre raças, classes, culturas e populações de regiões diversas; na interpenetração das relações entre esses elementos na aparência e às vezes na realidade antagônicas; e devido a tais antagonismos, necessitando de um poder político vigoroso para lhes regular ou dirigir as relações”. (FREYRE, 2004:527).

A conciliação sociológica entre os problemas de ordem e de progresso foi um dos condicionantes para regime político republicano brasileiro e uma constante na transição entre esses períodos. E essa concordância é que permitiu os progressos culturais observados no período.

VI. Proposições e críticas ao governo republicano

A obra de Freyre, inicialmente despretensiosa de projetos políticos, apresenta uma série de proposições e críticas ao governo republicano.

Um marco temporal é definido: o fim da presidência de Venceslau Brás, em 1918. Representou o término de um período de relativa estabilidade de estilos de vida e de normas de cultura no desenvolvimento nacional que havia se iniciado no período do reinado de Pedro II. Aquela estabilidade observada garantiu a continuidade da presença de dirigentes do corpo político imperial na república que mantiveram padrões econômicos. Assim, a República nasceu penetrada pela Monarquia.

¹¹ Freyre, op.cit. p.215

“Antimonárquica principalmente no superficial; continuadora da Monarquia, em grande parte do essencial. E no essencial das atitudes de que pudessem resultar novas medidas de ordem financeira, os membros do governo provisório vinham da Monarquia sob a influência um tanto desnorteante de novas situações criadas pela abolição do trabalho escravo...” (FREYRE, 2004:629).

Ainda em relação à ordem econômica republicana, uma proposta mais direta é sugerida. Faltou um indivíduo ou grupo de pessoas que tivesse se apercebido da importância do critério inter-regional para um reajustamento da economia nacional. Ao Brasil, caberia uma sistemática que os próprios brasileiros tivessem desenvolvido das suas próprias condições.

“Sob esse critério, a ordem econômica brasileira não teria sofrido o desequilíbrio que sofreu com o estadualismo republicano” (FREYRE, 2004:636).

Críticas também são proferidas aos métodos intervencionistas na economia brasileira, adotados pelos republicanos. Alega que o “tempo social” brasileiro é um terceiro tempo, que não é nem o agrário - escravocrático, quase medieval -, nem o europeu ou americano, desejado pelos progressistas desordenados, mas sim o tropical, o lusitano, em que:

“a doçura de viver o brasileiro em clima quente, se juntasse a capacidade de realizar esse mesmo brasileiro, num clima assim diverso do europeu, um progresso equivalente – mas não igual – do europeu” (FREYRE, 2004:718).

O protecionismo exagerado, identificado nas ações de valorização da indústria, em detrimento da agricultura e pecuária, é equivocado, resultando em aumento excessivo da população operária urbana e o conflito entre o capital e o trabalho. A vocação agrícola do país deveria ter sido o foco de ação.

“O bom senso estaria a indicar que, num país sobretudo agrícola como o Brasil, a obra mais urgente a ser realizada era aperfeiçoar-se o que já existia, antes de se tentarem criações artificiais” (FREYRE, 2004:719)

Um dos maiores erros observados foi a falta de atenção que o governo republicano deu ao problema da *coincidência do aperfeiçoamento do elemento humano com o aperfeiçoamento das coisas e das técnicas*. Esses dois tipos distintos de desenvolvimento não ocorreram em sincronia, tendo em vista que a tecnologia avançou significativamente mais rápido que a consciência social.

Apesar de não ter havido um política de governo voltada para o desenvolvimento humano, o crescimento tecnológico da época trouxe benefício indireto para os indivíduos, uma vez que esses aperfeiçoamentos resultaram em alterações da ordem e do sistema social e cultural do Império e depois da República e, por vezes, facilitaram a evolução do elemento humano. Especialmente no caso dos paulistas e mineiros que, por meio da valorização do café, criaram uma nova técnica de socialismo, surpreendendo europeus.

Esse “socialismo de Estado” inventado por brasileiros foi o mais revelador e expressivo acontecimento para o lema republicano: a ordem e o progresso. Mas trata-se aqui de um progresso moderado, sujeito às necessidades da ordem social brasileira¹².

A “questão social” é abordada como um dos maiores desafios da república. Os inovadores republicanos adotaram uma postura defensiva paradoxalmente aos monárquicos, antes tidos como arcaicos, que se tornaram representantes ativos do que havia de mais novo e revolucionário na sociologia política e econômica da época.

A participação social na organização e direção da vida nacional foi ofuscada pelo “industrialismo artificial” da República e isso, graças à ausência de homens públicos que se ocupassem da questão, como fora Joaquim Nabuco na época do império. Especialmente as questões trabalhistas foram negligenciadas pela falta de lideranças com *autoridade* para discutir a causa, deixando a situação intolerável, sob a ameaça de um espectro do “socialismo anarquista”.

“Ao contrário, a Monarquia era a melhor garantia da ordem ou da continuidade nacional, sendo, ao mesmo tempo, “moderna”: “moderna” e “progressista”. Capaz de juntar à sua capacidade de representar como nenhum outro regímen, a ordem ou a continuidade nacional, a capacidade de “favorecer o progresso e as reformas sociais”. Poderia proteger, como nenhum outro sistema, os interesses populares por não estar sujeita a nenhum grupo como, em geral, a República” (FREYRE, 2004:1005)

¹² Freyre, op.cit. p.963

Apesar das críticas, das indiferenças apontadas, das instabilidades pontuais, a época considerada nessa obra é apontada como marcada por numerosas realizações que fizeram dela um período de notáveis progressos.

A época da superação do mito do rei pelo mito de uma República fundada sob o lema abstratamente positivista: “Ordem e Progresso”. Uma superação mítica baseada na glorificação do científico, não só pelas elites governantes, mas por grande parte da população.

VII. Algumas discussões relevantes

A publicação da obra *Ordem e Progresso* está inserida no contexto de discussão sobre o desenvolvimentismo no Brasil e o autor busca explicitar seu projeto de governo evidenciando as continuidades existentes na organização social, mesmo com uma mudança tão significativa como a transição entre o Império e a República. O elemento de maior destaque é a ordem social brasileira, que é uma ordem específica, adaptada as condições miscigenadas, multiculturais e climáticas do país.

Os valores autoritários da organização política monárquica mantidos nos primeiros líderes militares da república são identificados como resultantes da simbiose entre as formas de relação patriarcal e a democracia luso-brasileira preconizada pelo positivismo. Esses são destacados na obra como marcos da “originalidade sociológica brasileira”, embasada na miscigenação racial, cultural e religiosa e nas condições tropicais de vida.

A manutenção das tradições de ordem social e política que envolveu a transição entre a monarquia e a república foi o alicerce que sustentou a forma pacífica da mudança de regime e que, conseqüentemente, assegurou a particular forma de progresso observada nesse período.

É na busca desse *ethos* brasileiro que o autor se propõe a interpretar o passado íntimo dessa época, compreender o presente e propor ideias para o futuro, necessariamente por meio da observação das constâncias de ordenação existentes nos mecanismos de progresso.

A conciliação dos diferentes ou muitas vezes antagônicos é o ponto de reflexão proposto para projetos de governo que queiram garantir a ordem e estimular o progresso.

O desenvolvimento das diversas regiões e a valorização dos diferentes setores da economia (agrário, industrial, comercial) são apontados como peças-chave para o progresso da nação. A fusão entre setores modernos e tradicionais, entre visões científicas e tribais, entre o racionalismo europeu e a sensualidade dos trópicos, são as propostas que fazem viável o caso político brasileiro.

Até mesmo a harmonização entre autoritarismo e democracia (mesmo sendo essa uma democracia étnica/social e não política) se torna possível, uma vez que tais contradições são parte da formação do povo brasileiro.

A questão da decadência é considerada por meio de dois eixos de reflexão: como consequência do abandono das tradições e como quebra da tradicional relação entre público e privado. A perda dos elementos próprios do país é que gera os momentos de desequilíbrio social. Tais elementos são parte essencial da tradição brasileira e são esses que garantem estabilidade na ordem e no consequente progresso.

Ainda, o sentido do progresso é inerente às características do povo brasileiro. Ao representante instituído, só cabe reconhecer e valorizar os aspectos tradicionais e inerentes às condições de vida desse país. Modelos importados de organização social, tais como o liberalismo, que valoriza o individualismo, enfraquecem as unidades orgânicas que compõem a sociedade: a família e a comunidade.

A nostalgia é outro ponto de destaque na obra. Entendida como parte primordial do método sociológico de reconstrução do passado. O sentimento nostálgico torna-se elemento de referência não apenas para as interpretações do autor, mas também para construção de identidade nacional.

A nostalgia adquire também um sentido governante das ações do presente, uma vez que só através de sua evocação é possível penetrar o passado de forma completa. A análise do passado e de suas continuidades é que permite compreender e agir no presente.

Vários trechos da obra apontados no artigo demonstram a nostalgia presente na ideia do autor. Especificamente no recorte temático do artigo, observa-se a nostalgia nas descrições das benesses do sistema patriarcal imperial e nas continuidades da ordem nacional durante a transição para o período republicano.

Assim, é evocada a saudade de uma época em que o país mais se aproximava da essência do que é ser brasileiro e que, por isso mesmo, era mais ordenada e progressista. Esse foi o plano de Gilberto Freyre para a organização social e política do Brasil, no momento da publicação de *Ordem e Progresso*.

VIII. Referências Bibliográficas

1. AGUIAR, Roberto. **Dominação e consenso em Gilberto Freyre**. In: Quintas, F. (Org.). *A obra em tempos vários*. Recife: Massangana. 1999.
2. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
3. ARENDT, Hannah. *O que é política?* São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.
4. AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (orgs.). 2012. "Introdução: História Intelectual do Brasil República – desafios contemporâneos. In: Contribuições à História Intelectual do Brasil Republicano. Ouro Preto, EDUFOP/PPGHIS. pp. 12-25.
5. BASTOS, Elide R. (1995), "Gilberto Freyre e as ciências sociais no Brasil". *Estudos de Sociologia (Recife)*, 1 (1): 63-72.
6. _____. (2000), "O tema da decadência em *Sobrados e mucambos*", in M. do C. T. de Miranda (org.), *Que somos nós? 60 anos de Sobrados e mucambos*, Recife, Massangana.
7. _____. (2001), "Gilberto Freyre: *Casa-grande & senzala*", in L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 3 ed., São Paulo, Senac, vol. 1.
8. _____. (2002), "Gilberto Freyre: *Ordem e progresso*", in L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 2 ed., São Paulo, Senac, vol. 2.
9. BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUnicamp, 2001.
10. BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930). *Revista USP, Dossiê Liberalismo*, n.17. São Paulo: Editora da USP, mar-mai 1993.
11. BRESCIANI, Maria Stella. **A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser brasileiro?** In: CHAPINI, Lígia. BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
12. CHACON, Vamireh. (2000), "O homem na cidade, segundo *Sobrados e mucambos* – origens da polis brasileira: uma teoria política em *Sobrados e mucambos*", in M. do C. T. de Miranda (org.), *Que somos nós? 60 anos de Sobrados e mucambos*, Recife, Massangana.
13. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global, 2004.

14. J. Falcão e R. M. B. de Araújo (orgs.), *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*, Rio de Janeiro, Colégio do Brasil/UniverCidade/Fundação Roberto Marinho/Topbooks.
15. JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1997.
16. OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. In: LORENZO, Helena Carvalho de, COSTA, Wilma Peres da. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.
17. PALARES, Maria Lúcia; BURKE, Peter. *Gilberto Freyre – um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Unesp, 2005.
18. SANTANA, Nelson Rodrigues. *História das Ideias Políticas no Brasil*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
19. SIQUEIRA, Carlos Henrique Romano de. *A alegoria patriarcal: escravidão, raça e nação nos Estados Unidos e no Brasil*. 2007. 280f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, 2007.
20. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
21. SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, 2002.
22. VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.